

**ENTRE OS ANDES E O ATLÂNTICO, UM INFERNO VERDE: INTERPRETANDO AS VEIAS ABERTAS E A MEMÓRIA DOS POVOS AMAZÔNICOS PRÉ-COLOMBIANOS NA CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO ECODESENVOLVIMENTO**

*Pedro Henrique Moreira da Silva<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo se apresenta como uma proposta para reconstrução de uma linha histórica dos povos nativos Pré-Colombianos que habitaram no território Pan-Amazônico, o “Inferno Verde” – que compreende nove países da América do Sul. Nesse sentido, por meio da pesquisa bibliográfica hipotético-dedutiva, delinea-se o relato acerca da vida indígena na floresta, desde sua concepção caçadora-coletora, até a construção de sociedades complexas, baseadas em sistemas de cacicado e modulação da natureza para desenvolvimento da agricultura. Em um segundo momento, invoca-se as veias abertas da história de um povo que, usurpado pela lógica dos invasores europeus, sucumbiu às ações utilitaristas dos “deuses brancos e barbados”. Por fim, alcançando o objetivo final da pesquisa, propõe-se a reflexão a respeito do resgate da memória nativa como meio para construção de relações sustentáveis, que promovam um desenvolvimento integrado ao cuidado ambiental – um Ecodesenvolvimento.

**Palavras-chave:** Pan-Amazônia. Ecodesenvolvimento. Pré-Colombianos.

*BETWEEN THE ANDES AND THE ATLANTIC, A GREEN HELL: INTERPRETING THE OPEN VEINS AND THE MEMORY OF THE PRE-COLUMBIAN AMAZON PEOPLES IN THE CONSTRUCTION OF THE PARADIGM OF ECODEVELOPMENT*

**Abstract:** The present article is presented as a proposal for the reconstruction of a historical line of the pre-Colombian native peoples who lived in the Pan-Amazonian territory, the "Green Inferno" - that includes nine countries of South America. hypothetical-deductive literature, delineates the account of indigenous life in the forest, from its hunter-gatherer conception, to the construction of complex societies, based on cacique systems and modulation of nature for the development of agriculture. In a second moment, the open veils of the history of that people are invoked, which, usurped by the logic of the European invaders, succumbed to the utilitarian actions of those white and bearded deities. Finally, reaching the final objective of the research, it is proposed to reflect on the rescue of the native memory as a means to build sustainable relationships that promote an integrated development of environmental care - Ecodevelopment.

**Keywords:** Pan-Amazon. Ecodevelopment. Pre-Colombians.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

## 1 INTRODUÇÃO

A retrospectiva histórica a respeito dos povos amazônicos Pré-Colombianos nos leva a conclusões referentes a uma sociedade que, em um primeiro momento, se apresenta como caçadora-coletora e que, posteriormente, torna-se complexa no que tange às organizações políticas, econômicas e sociais. Apesar de alheia aos padrões europeus dos primeiros quinze séculos, a vida na floresta Amazônica se organizou de forma a possibilitar harmonia das relações entre os nativos e entre os nativos e o Meio Ambiente.

Essa perspectiva, que para Galeano (2017) ainda são veias abertas que sangram, viabiliza o questionamento a respeito da importância da proteção e resgate da memória indígena para o rompimento com o modelo utilitarista que seguiu a invasão das Américas e construção de um Ecodesenvolvimento. Para que referida questão se consolide, promove-se, por meio da pesquisa bibliográfica hipotético-dedutiva, a interpretação do passado dos povos nativos, a análise do desenvolvimento social dos nativos e do genocídio notado a partir do século XV. Referida investigação encontra satisfação quando da busca por elementos documentais e da pesquisa bibliográfica, de onde são extraídas as perspectivas históricas acerca da questão Pré-Colombiana na Amazônia.

Nesse sentido, o resgate da memória Pan-Amazônica para construção de um paradigma sustentável perpassa pela satisfação de objetivos chave, tais quais, a análise do desenvolvimento econômico, político e social dos nativos, a abordagem da invasão europeia nas Américas, a interpretação da guinada de um modelo sustentável para um modelo utilitarista. A partir daí, cria-se a dinâmica para confirmação da hipótese estabelecida inicialmente, qual seja o resgate e proteção da memória Pré-Colombiana como requisito para construção do Ecodesenvolvimento – cuja indispensabilidade justifica a pesquisa.

## 2 GÊNESE GEOMORFOLÓGICA E CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PAN-AMAZÔNICO

As discussões acerca da Pan-Amazônia, em geral, são pautadas em uma perspectiva eurocêntrica. É que no Brasil, assim como na América, as retrospectivas globais são realizadas com base nos acontecimentos encabeçados pela Europa, sobretudo após o advento da modernidade. Assim, costumeiro negligenciar-se a essência dos povos americanos nativos,

colocando-os sempre à sombra das condutas e agressões europeias, nunca como protagonistas de sua própria história.

Note-se, a própria narrativa do genocídio da população nativa das Américas tende a ser eurocêntrica, submetendo o olhar sobre esses povos na ótica do subjugo - na medida em que as descrições das condutas europeias no “Novo Mundo” impõem-se poderosas - quando, na verdade, são marcadas pela covardia. Dessa forma, esta pesquisa propõe a tentativa de lançar à Pan-Amazônia um olhar limpo e sólido, independente das concepções eurocêntricas já estabelecidas - nas doses da possibilidade. Para tanto, importa primeiro desvendar a (Pan) Amazônia como um sistema ecológico complexo, estabelecendo-se dimensões territoriais e características climáticas, geológicas e biológicas para, a partir daí delinear-se a memória dos povos nativos que a habitaram.

Para tanto, importa suscitar que a Amazônia é uma floresta tropical, o que significa que goza de clima quente (temperaturas que variam entre 25° e 40°), forte umidade relativa e intensa nebulosidade, se enquadrando, junto à região Sul, como a de maior homogeneidade e unidade climática do Brasil (NIMER, 1989). Trata-se da maior bacia hidrográfica do mundo (7,8 milhões de quilômetros quadrados), ocupando os territórios nacionais do Brasil (onde se localiza mais de 67% da área da floresta), Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana, Guiana francesa, Bolívia e Suriname (FILHO, 2013).

A importância dessa floresta para os países supramencionados se confirma quando analisamos os dados referentes à constituição territorial desses Estados: 58,8% do território brasileiro é ocupado pela Amazônia; Guiana, Guiana francesa e Suriname tem 100% de seu território como amazônico; Bolívia e Colômbia, cerca de 43%; Equador, 46,9%; Peru, 60,9%; e Venezuela, 49,5% do território amazônico (FILHO, 2013). Isso permite a conclusão de que, para além dos fatores econômicos e sociais, a Amazônia integra a própria história desses países - portanto, qualquer análise contemporânea desses territórios deve considerar o passado de seus povos e o presente e futuro da floresta.

Essa expansão física do território amazônico (ou sua constituição), note-se, data de 100 milhões de anos, com gênese íntima à formação da Cordilheira dos Andes. É que a movimentação tectônica, quando da elevação do relevo, tratou de fechar o antigo mar, criando planícies e depressões que, em geral, são alagáveis - correspondendo ao espaço onde hoje percebe-se a Pan-Amazônia (ROSS, 2016). Esse histórico geomorfológico, aliado ao clima e à vegetação, resulta em uma vasta riqueza biológica, o que se confirma, por exemplo, nos

dados de que “cerca de 50% das espécies de anfíbios de todo o mundo, entre muitos outros grupos taxonômicos, ocorrem nesta região” (MENIN, 2016). Ademais, a floresta abriga o maior número geral de espécies vivas do mundo - seja animais ou vegetais - além de potencial energético e mineral (FILHO, 2013).

Vasta riqueza e diversidade repete-se na análise das sociedades que ocuparam (e ocupam e resistem) aquele espaço, de forma que a simbiose “homem nativo-natureza” é indissociável da temática amazônica. Ora, o legado dos povos pré-colombianos, mais que constituir, integra a essência e o espírito da floresta. Assim, interpretar criticamente as comunidades nativas que viveram a floresta (e na floresta) permite a construção do entendimento das perspectivas para a sociedade e ecossistema Pan-amazônico contemporâneas - que, a exemplo do massacre que acompanhou a invasão das Américas, corre o risco de ser minado pelo mesmo sistema político e econômico que outrora avassalou a vida e a história.

### **3 HISTÓRICO DE UMA AMAZÔNIA PRÉ-COLOMBIANA**

Nesse sentido, buscando-se demonstrar a pluralidade dos povos Pan-Amazônicos – sobretudo dos Pré-Colombianos – vale invocar os estudos paleontológicos que confirmam a presença de povos nativos na floresta há cerca de 11.200 anos (HOMMA, 2003). Conforme o autor supra, esses homens baseavam suas dietas no consumo de frutas e dos resultados de pesca e caça, habitando cavernas (onde foram deixadas pinturas de valiosa importância para projeção dos sistemas).

A agricultura indígena, conforme apontam os registros de Roosevelt (1996), passou a se desenvolver há 3.500 anos, sobretudo com o plantio de mandioca pelos Tupis e de milho, na região Pré-Andina. A partir dessa base, desenvolveram-se cerca de 2 milhões de habitantes cuja história inicial se divide em quatro fases principais: a) Ananatuba, marcada pela ocupação da Ilha de Marajó em 1.000 a.C.; b) Mangueira, com a ocupação da Ilha Caviana até o ano 100; c) Formiga, com ocupação do Lago Arari até o ano 200; d) Marajoara, com refinamento da técnica oleira até o ano 1.350 (HOMMA, 2003).

Até esse ponto, as sociedades Amazônicas dominavam “o conhecimento da cultura da mandioca, o aproveitamento de centenas de frutas nativas, plantas medicinais, técnicas de caça e pesca, corantes, oleaginosas, aromáticos, tóxicas, etc.” (HOMMA, 2003) Note-se, a

relação homem-natureza era cultivada em harmonia, estabilizando-se ônus e cultivando uma percepção matriarcal e sentimental com o meio ambiente. É o que se verifica, por exemplo, da lenda tapajônica acerca do surgimento da mandioca:

A graciosa filha do chefe indígena, que sempre pautara com rigidez exemplar sua norma de vida, aparece com os sinais evidentes que precedem à maternidade (...) A moça índia se livrou do castigo capital e deu ao mundo, meses depois, uma menina branca, que surpreendeu a todos da tribo e fora dela, por sua extraordinária beleza. Ficou deliberado chamar-se Mani a mimosa criança que desde então foi sempre incensada por todos, que nela viam a futura rainha da tribo. Nessa atmosfera de carinho cresceu Mani com rapidez; ao completar um ano, quando já falava e andava com desembaraço, morre sem um queixume e sem dar mostra de sofrimento. Foi enterrada na casa onde morava e sua sepultura não deixava de ser carinhosamente regada todos os dias de acordo com a mudança do tempo. Decorridos muitos dias, eis que surge da terra onde repousava Mani uma planta totalmente desconhecida (..) completo o ciclo evolutivo desta, verificaram que ao derredor do estranho vegetal o solo começava a rachar; cavaram-no e encontraram, de permeio com a terra, as grossas raízes carnosas da mandioca. Então, os indígenas, julgando reconhecer o corpo de Mani nas belas túberas que a terra encerrava, as cognominaram de *Manioc*, hoje mandioca. (HOMMA, 2003)

Essa percepção resultou em relações sustentáveis entre os povos Amazônicos Pré-Colombianos. Promoveu-se o escalonamento dos recursos vegetais e animais: alimentavam-se dos frutos “da época”, permitindo a regeneração do ecossistema, bem como respeitavam os períodos de acasalamento, poupando fêmeas prenhas.

A roça, após alguns anos de cultivo, era, aos poucos, substituída por outra, permitindo que a clareira aberta fosse novamente invadida pela mata, recompondo-se a fertilidade do solo. Dentro de algumas gerações ela estava apta a dar origem a nova roça, com a mesma capacidade de produção, evitando-se assim que, a longo prazo, o equilíbrio ecológico fosse rompido. (CARVALHO, 2015)

Além do mais, aproveitava-se apenas as plantas “macho” das espécies, com colheita dos vegetais mais velhos. Essas condutas, importa dizer, contribuíram para a continuidade do *status* de fertilidade da floresta – e, conseqüentemente, de sobrevivência daqueles povos. Tratavam-se de “sociedades de abundância, em que ninguém passava fome, dispendendo, além disso, muito menos tempo do que nós, civilizados, nas atividades que chamaríamos de subsistência.” (CARVALHO, 2015)

Neves (2006), explica que os povos da Amazônia Pré-Colombiana foram responsáveis pela domesticação de inúmeras plantas que são consumidas até hoje: “abacate, abacaxi, abóbora, amendoim, batata, caju, feijão, maracujá, pimenta-vermelha, tabaco e

tomate.” Isso implica dizer que foram aqueles povos os primeiros a modular as características vegetais para induzir qualidade alimentícia a essas espécies. Tratou-se de um processo realizado “em um raciocínio semelhante ao feito atualmente por criadores de animais de raça” (NEVES, 2006), desenvolvendo o plantio dos exemplares mais bem vistos – como é o caso da mandioca, com a produção de variedades com as raízes mais corpulentas. Referido processo resultou em dependência mútua entre o homem amazônico e a natureza (NEVES, 2006).

O desenvolvimento da agricultura na Amazônia pré-colonial deve ser entendido como carente de tecnologias facilitadoras, apesar das técnicas de cultivo terem se dado de forma próxima às que o homem moderno emprega. Assim, sendo ausentes entre aqueles povos instrumentos como facões e machados de metal, promovia-se a queimada de áreas da floresta, derrubada de árvores com instrumentos de pedra lapidada e posterior plantio (as cinzas da queimada, note-se, tratavam de enriquecer o solo da floresta, que é pouco fértil para a prática da agricultura) (NEVES, 2006).

Esse novo modelo de agricultura – que substituíra a cultura única da caça e pesca, conforme delimitam os estudos arqueológicos, está ligado ao desenvolvimento da arte e produção das cerâmicas de forma heterogênea. Isso porque, se em algumas regiões a produção de quantidades maiores de alimento demandava a feitura de recipientes para armazenamento, em outras a produção de cerâmica é muito anterior ao domínio das técnicas de plantio e colheita. Ainda em algumas regiões, como é o caso da Zona do estuário, a constatação de qualquer produção pretérita de cerâmica é inexistente (NEVES, 2006). Trata-se de uma questão carente de investigação mais profunda e que chegue a conclusões mais sólidas e justificadas.

Confirma Neves:

Os processos de mudança no passado não foram lineares nem previsíveis. É interessante notar que, embora no início do século XVI o maior Estado das Américas, o Império Inca, tivesse seu centro e sua origem no coração da cordilheira dos Andes, todos os focos iniciais de uma importante inovação tecnológica, a produção cerâmica, estão localizados fora da cordilheira, em áreas de terras baixas tropicais. (NEVES, 2006)

Para além do manejo dos vegetais, as comunidades pré-coloniais também trataram de dominar as técnicas de modulação do solo da floresta para produção da “terra preta de índio”. Essa inovação certamente foi estimulada em razão das características do solo amazônico que,

em geral, é amarelado e pouco fértil, o que não contribuía para a manutenção da agricultura. Assim, o enriquecimento do solo com restos de comida e ossos de animais tornava a terra nutritiva e com pH neutro – o que, indiscutivelmente, viabilizou a estruturação social e econômica. (NUNES, 2011)

No que diz respeito à organização espacial, as aldeias Pré-Colombianas na Amazônia equiparavam-se aos burgos medievais na Europa. É o que demonstraram os estudos a respeito do povo Guarani e Tupi, que estruturavam sua disposição em comunidade entre quatro e oito casas coletivas, de até 160 metros, formando uma praça principal – destinada para cultos. Dentro de cada casa habitavam entre 100 e 600 pessoas – o que leva à conclusão de comunidades grandes, ultrapassando 3.000 pessoas (CLASTRES, 1982).

A organização política dentro dessas aldeias ocorria com um sistema conhecido como cacicado, baseado na concentração de poder e garantia do igualitarismo. “Nos cacicados o indivíduo não é chefe apenas do lugar onde vive. É um poder supralocal, regional, que, no entanto, não se exerce pela violência.” (NOGUEIRA, 2010) Relatos dão conta de aldeias com quilômetros de extensão com comunicações entre a selva, com um único senhor. Nogueira (2010), lembrando o que dizia o padre João Felipe Betendorf, exemplifica a questão da centralização do poder ao explicar a respeito de uma “princesa desde seus antepassados de todos os Tapajós, e chamava-se Moacara, quer dizer, fidalga grande, porque costuma os índios, além de seus principais, escolher uma mulher de maior nobreza, a qual consultam em tudo como um oráculo.”

Vale ainda dizer que, diferentemente das comunidades Andinas, a organização dos povos Amazônicos não ocorreu em torno de uma grande metrópole, isto é, inexistia um polo maior de poder. É o que se comprova com o achado de cerâmicas distintas em uma mesma região, sinal de autonomia política entre tribos que, inclusive, possuíam culturas e arte distintas. Assim, conclui-se que a hierarquização para as comunidades indígenas amazônicas desviava das concepções etnocêntricas de poder, garantindo àquele povo uma visão de mundo diferente da que se estruturou nas terras europeias. (NOGUEIRA, 2010)

Importante frisar que a ocupação e vida da sociedade Amazônica Pré-Colombiana não foi um processo linear e harmônico, mas marcado por períodos de crises e estabilidade – tal qual se nota na história da Europa. Os padrões econômicos, políticos e sociais foram, muitas vezes, alterados de forma radical. Nesse sentido endossa Neves:

Talvez as manifestações mais claras dessa hipótese sejam as súbitas transformações nos padrões de ocupação notáveis a partir de cerca de 2.000 anos atrás. Tais modificações certamente refletem mudanças mais profundas, relacionadas à organização política das sociedades amazônicas do período. Seu aspecto mais visível é o aumento no tamanho, densidade e duração de ocupação nos sítios arqueológicos (...) às modificações nos padrões de assentamento correspondem também sinais de uma verdadeira explosão cultural.

Ademais, conforme aponta Veiga (2005), é inviável medir a qualidade de vida dos Pré-Colombianos Amazônicos, tendo em vista que “os bens de primeira necessidade variam de cultura para cultura e, a cultura é a principal geradora de diferenças.” Dessa forma, se as relações parecem atípicas ao olhar colonizado, por outro lado é possível concluir que aquele homem estava livre da dependência das energias, tributos e acumulação de riquezas – fator que contribuiu para uma relação ambiental mais sustentável: realidade que seria mudada com a invasão das Américas.

#### **4 INVASÃO E GENOCÍDIO DA HISTÓRIA AMAZÔNICA PRÉ-COLOMBIANA**

Nesse ponto, apesar da pretensão de romper com as perspectivas eurocêntricas da história, imprescindível explicar que a questão religiosa na Europa do século XV configurou o prelúdio para o genocídio que mais tarde se traçaria no denominado “Novo Mundo”: uma manobra de intolerância e dominação cujo resultado maior seria a dizimação de povos inteiros e a apropriação de terras que, contrariando a teoria do “descobrimento”, já tinham donos e integravam uma coletividade.

Referida afirmação se referenda quando da lembrança do casamento entre Isabel de Castela e Fernando de Aragão. A partir daquele momento, seria travada na Espanha uma guerra católica para expulsar os muçulmanos de Granada – movimento concomitante à retirada compulsória de milhares de judeus daquele país. Todavia, apesar da modelagem como nação, a empreitada bélica esgotara o tesouro espanhol, forçando a economia marítima. Com a chegada de Cristóvão Colombo nas terras que acreditava ser “as costas das Índias”, reafirmou-se a lógica da dominação cristã pelo mundo: A rainha da Espanha era coroada senhora do Novo Mundo, cuja missão seria expandir o reino de Deus na terra (GALEANO, 2017).

A partir daquele momento, tendo em vista as grandes riquezas dos povos que habitavam essas velhas novas terras, surgiu o mito da cidade de Eldorado, governada por um rei trajando ouro. Gonzalo Pizarro e outros tantos aventuraram-se no rio Amazonas em busca da cidadela – em vão (tratava-se de uma história criada pelos próprios indígenas para afastar os colonizadores). A ganância pelo ouro se intensificava, e os povos nativos eram forçados à busca incessante por aquela riqueza – relatos do Imperador Asteca Montezuma dão conta de que, tão grande o desejo europeu pelo ouro que os espanhóis “como se fossem macacos, sentavam-se com gestos de prazer e levantavam o ouro, como se aquilo lhes renovasse e iluminasse o coração. É certo que desejam aquilo com grande sede.” (GALEANO, 2017). Em solo amazônico a mesma realidade era percebida, sobretudo com relação aos incas do Leste.

Galeano (2017) relata que “os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens de ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d’água, ou lavrando os campos até a exaustão.” Parte desse povo, honrando a cultura de vida livre na floresta, antecipava sua própria morte, suicidando-se e matando seus filhos: “Muitos deles se matavam com veneno para não trabalhar, e outros se enforcavam com as próprias mãos.” (OVIEDO, 2007)

Conforme apresenta Galeano (2017), a pluralidade dos povos Pré-Colombianos era vasta, podendo ser encontradas desde tribos versadas em astronomia a tribos canibais. Na Amazônia, a agricultura indígena revelou aos europeus uma variedade de novos vegetais para alimentação (que posteriormente seriam levados ao resto do mundo para plantio e consumo, como é o caso da Mandioca). “Mas nenhuma das culturas nativas conhecia o ferro e o arado, o vidro e a pólvora, e tampouco empregava a roda.” (GALEANO, 2017) Assim, os nativos foram derrotados pelo assombro, pelas lâminas e balas de canhão, enquanto tinham suas riquezas saqueadas e usurpadas.

Os Incas, que naquele período já se expandiam para a porção oeste da Amazônia peruana, acreditavam se tratar do retorno do deus *Viracocha* – um deus branco e barbado. Mas esta divindade trouxe bactérias e vírus, inundando a sociedade indígena com pestes bastantes para dizimar milhares.

Os europeus traziam, como pragas bíblicas, a varíola e o tétano, várias enfermidades pulmonares, intestinais e venéreas, o tracoma, o tifo, a lepra, a febre amarela, as cáries que apodreciam as bocas. A varíola foi a primeira a aparecer. Não seria um castigo sobrenatural aquela epidemia desconhecida e repugnante que provocava a febre e descompunha a carne? (...) os índios morriam como moscas; seus organismos não

opunham resistência às novas enfermidades, e os que sobreviviam ficavam debilitados e inúteis. (GALENAO, 2017)

Na entrada oeste da Amazônia, Pizarro tratou de degolar o imperador inca *Atahualpa*, após requerer um resgate equivalente a “arcas de ouro e prata que pesavam mais de 20 mil marcos de prata fina e um milhão e 326 mil escudos de ouro finíssimo” (GALEANO, 2017) Após, Cuzco foi invadida e teve o Templo do Sol saqueado: um vilipêndio à história e à cultura Inca.

A colonização da Amazônia, sobretudo a brasileira, assumiria novos contextos após o Tratado de Tordesilhas. Durante o Reinado de Dom João V, a política de dominação daquele espaço era baseada na aliança com alguns povos, escravização de outros, fraco investimento, distanciamento da Coroa e domínio religioso das tribos. (SILVA, 2002) No governo Josefino, todavia, buscou-se o resgate da confiança dos indígenas, promovendo ensino da religião cristã e da língua da Coroa, além dos estímulos para casamento entre portugueses e indígenas. Foi o que pretendeu a Lei de 04 de abril de 1755, de Dom José. (SILVA, 2002)

Pela lei de 6 de junho de 1755, D. José declarou a liberdade total e sem reservas aos índios já integrados ou que se viessem a integrar nas estruturas eclesiásticas e político-administrativas do Estado do Grão-Pará e Maranhão (...) excetuando apenas quatro casos, em que era lícita a sua escravização: os que fossem tomados em guerra justa, o que impedissem a pregação evangélica, os que estivessem prestes a serem comidos e os que já fossem escravos de outros índios. (SILVA, 2002)

A questão do rompimento com a cultura nativa e implantação da religião católica entre os índios ficaria a cargo dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercedários. Não obstante, a missão de Deus para expandir o reino dos céus desvirtuara-se logo nos primeiros anos, com as ordens religiosas explorando a mão-de-obra nativa em fazendas, “na colheita das drogas do sertão, no remar das canoas na complexa teia fluvial amazônica.” (SILVA, 2002)

Amoras (2011) deixa claro que o objetivo das condutas da Coroa era “tornar o índio um personagem semelhante aos portugueses, por meio de diversas estratégias.” Assim, as aldeias seriam transformadas em vilas, a língua portuguesa seria o padrão linguístico, os índios seriam incentivados à “vida civilizada”. Tentativa frustrada: o espírito indígena resistiu e, por essa razão, foram dizimados de sua própria terra.

O que se percebeu foi o desmonte da cultura e dos povos indígenas em detrimento dos hábitos europeus. A determinação do povo branco estendeu-se para além do saque de riquezas, alcançando o próprio desejo de suprimir a existência de uma prática social distinta aos seus moldes. Retrato do governo das religiões e de um sistema político predador, os resultados da invasão da América – sobretudo no território Amazônico – alterou as bases das relações do homem com a floresta, com efeitos sentidos até o período contemporâneo. É nesse sentido que preservar e resgatar a memória dos povos Pré-Colombianos pode contribuir para a construção de novas perspectivas de relacionamento com o ambiente Pan-Amazônico.

## **5 RESGATE DA MEMÓRIA NATIVA PARA CONSTRUÇÃO DO ECODESENVOLVIMENTO**

A análise do desenvolvimento das sociedades Pré-Colombianas na Amazônia aponta para modos de produção próprios e integrados à dinâmica da floresta. No que diz respeito à indústria da cerâmica dos nativos, percebe-se o cuidado pelo retrato dos elementos da floresta, conferindo um sentido mitológico às artes. Ademais, dessas cerâmicas também se verificam as estratificações sociais e a importância dos líderes religiosos e do conhecimento para essas sociedades – o que se confirma nas pinturas que mostram xamãs em posições de poder. (GOMES, 2002)

No que diz respeito ao manejo da terra, conforme já suscitado, a prática indígena na Amazônia tratou de abordar os recursos da floresta com respeito e cuidado. Apesar da modulação de algumas condições naturais (como é o caso da produção de terra preta de índio ou da seleção de vegetais), o tempo de regeneração do ecossistema foi observado – apesar de uma ocupação que durou, pelo menos, 11 mil anos, a relação homem-índio foi sustentável.

Essa realidade logo seria transmutada com a chegada dos europeus em terras amazônicas. Isso porque, as demandas dos padrões de uma Europa que ingressava na modernidade exigiam a captação de recursos e riquezas que bastassem para alimentar grandes cidades e enriquecer os detentores de poder ao Norte. Isso resultou, note-se, na guinada da tratativa da floresta.

Se outrora as sociedades nativas que ali se desenvolveram integravam o ecossistema à suas vidas e história, o povo branco se importaria tão somente em agregar os recursos de possível exploração. Esse movimento de apropriação de riquezas perpassaria por apagar

também o povo indígena que, aqui, passa a ser entendido como parte indissociável da floresta – e não somente um habitante.

Pela análise do que disserta Fausto (2000), verifica-se que foram sufocados os modelos de desenvolvimento social, econômico e humano complexos que estavam enraizados entre os nativos. A visão e contato utilitarista foi instaurado em detrimento aos modelos sustentáveis pré-coloniais.

Nesse sentido, proteger e resgatar a memória dos povos nativos da Amazônia pré-colonial se apresenta como opção para construção de perspectivas ecologicamente mais viáveis, cujos fins sejam a preservação da floresta para as gerações futuras. A invocação de uma cultura que outrora foi suprimida em nome do desenvolvimento ilimitado significa se dispor contra o capital predatório acumulado ao longo dos anos e traçar novos contornos históricos.

A memória dos povos amazônicos configura-se, portanto, como paradigma viabilizador da construção de um Ecodesenvolvimento que, nos termos de Sachs (2004), significa “um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do terceiro mundo, fundado em sua capacidade natural para a fotossíntese.” Posteriormente, incrementando esse significado, Godard (1997) explanaria que o Ecodesenvolvimento é uma visão para manejar o meio ambiente a partir de conhecimentos e capital socio-histórico já presente. Ou seja, o que se pretende é a conciliação de produção econômica e conservação ambiental a partir do conhecimento tradicional.

Assim, a exemplo das sociedades amazônicas pré-coloniais, a meta Ecodesenvolvimentista passa a ser a de envolver a tradição e a memória nativa para modulação da atividade antrópica no Meio Ambiente, fazendo honrar e aliar os conceitos de Justiça social e prudência ecológica (VEIGA, 2005). Resgatar o espírito da floresta é viabilizar a harmonia na simbiose homem-natureza – o resgate pela proteção da memória e história nativa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme supramencionado, a análise das condições geomorfológicas e biológicas da Amazônia permite a avaliação de uma riqueza ímpar de fauna, flora e culturas.

Compreendendo a área de nove países, a Pan-Amazônia é um polo de recursos e viabilizadora de condições indispensáveis às caracterizações da vida no planeta – seja por se tratar da maior bacia hidrográfica do mundo, seja pela vastidão da floresta em si.

A retrospectiva dos povos que ali habitaram antes da invasão europeia nos permite concluir uma relação harmoniosa com o Meio Ambiente. Se em um primeiro momento o homem Pré-Colombiano se estabelece na floresta como caçador-coletor, em um segundo momento adquire e desenvolve habilidades para modular a natureza a sua volta. Seja na agricultura, seja no manejo dos recursos outros, os nativos desenvolveram uma dinâmica sustentável na Amazônia – desde sua porção a oeste, com o grande Império Inca, até sua porção mais Leste, na Ilha do Marajó. Fato é que a construção de sociedades complexas em meio a floresta é um exemplo de alternativa ao padrão europeu que se esboçava àquela época.

Não obstante, a invasão europeia no “Novo Mundo” trataria de alterar a interação entre homem e natureza, na medida em que os recursos passaram a ser saqueados e o povo nativo morto (tanto pelas doenças que assolavam, quanto pela exploração da própria carne humana). A relação de equilíbrio seria substituída pela visão utilitarista da floresta – cujas consequências se estendem nos tempos contemporâneos.

A alternativa que se propõe para desconstruir modelos predatórios de uso da Amazônia é o resgate e proteção da memória indígena e seu estabelecimento como paradigma de formação de uma lógica Ecodesenvolvimentista, que utilize o saber tradicional acumulado pelos nativos para fortalecimento de um desenvolvimento aliado ao cuidado e à preservação ambiental. Referida medida, note-se, trata de conduta para viabilizar a própria existência do homem no globo, tendo em vista que a aceleração e aprofundamento da exploração do território Pan-Amazônico coloca em risco a capacidade do mundo de sobreviver à ação humana.

## REFERÊNCIAS

AMORAS, Fernando Castro; AMORAS, Aluana Vilhena. Presença europeia na Amazônia. **Estação científica UNIFAP**. v.1. n.1. p. 17-22. Macapá, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Amilton/Downloads/68-695-3-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 09 set.2018.

CARVALHO, Silvia de. **Os povos da América antes da invasão europeia: Dossiê Terra Indígena**. Fundação Araporã: Araçatuba, 2015. Disponível em: <<http://fundacaoarapora.org.br/moitara/wp-content/uploads/2017/05/V3-49-54-OS-POVOS->

DA-AM%C3%89RICA-ANTES-DA-INVAS%C3%83O-EUROP%C3%89IA.pdf>. Acesso em: 06 set.2018.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Trad. Theo Santiago. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <<http://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/A%20sociedade%20contra%20o%20Estado.pdf>>. Acesso em 06 set.2018.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Disponível em: <[http://professor-ruas.yolasite.com/resources/fausto,%20carlos.%20\\_os%20indios%20antes%20do%20brasil\\_.pdf](http://professor-ruas.yolasite.com/resources/fausto,%20carlos.%20_os%20indios%20antes%20do%20brasil_.pdf)>. Acesso em: 09 set.2018.

FILHO, Pio Penna. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 56, p. 94-111, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a06.pdf>>. Acesso em: 05 set.2018.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Faraco. 10a. reimpressão. L&PM: Porto Alegre, 2017.

GODARD, Olivier. **O desenvolvimento sustentável: passagem intelectual**. Belém: CEJUP, Universidade Federal do Pará, 1997.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia: Vasilhames da Coleção Tapajônica MAE-USP**. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2002.

HOMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia: Da era Pré-Colombiana ao terceiro milênio**. Embrapa: Brasília, 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/Amilton/Downloads/HISTORIA-AGRICULTURA-AMAZONIA-Baixa.pdf>>. Acesso em: 06 set.2018.

MENIN, Marcelo. **Amazônia: diversidade biológica e história geológica**. Universidade Federal do Amazonas, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/Amilton/Downloads/Amazonia\\_diversidade\\_biologica\\_e\\_historia\\_geologic.pdf](file:///C:/Users/Amilton/Downloads/Amazonia_diversidade_biologica_e_historia_geologic.pdf)>. Acesso em: 05 set.2018.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Zahar: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/4-2b-neves-e-g-arqueologia-da-amazc3b4nia-1-parte.pdf>. Acesso em: 06 set.2018.

NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. 2. ed. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81099.pdf>>. Acesso em: 05 set.2018.

NOGUEIRA, Pablo. Caçadores da Amazônia perdida. **Unespciência**. Set.2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Amilton/Downloads/UC\\_12\\_Santarem.pdf](file:///C:/Users/Amilton/Downloads/UC_12_Santarem.pdf)>. Acesso em: <06 set.2018.

NUNES, Edinaldo Pinheiro. Modelo de desenvolvimento local na Amazônia Pré-Colonial: complexidade cultural e modernidade em sociedades pré-coloniais da Amazônia. **Estação científica UNIFAP**. V.1, n.2. p. 99-109. Macapá, 2011.

OVIEDO, Fernández de. **Historia general y natural de las Indias, islãs y tierra-firme del mar oceano**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/historia-general-y-natural-de-las-indias-islas-y-tierra-firme-del-mar-oceano-tomo-primero-de-la-segunda-parte-segundo-de-la-obra--0/>>. Acesso em: 07 set.2018.

ROOSEVELT *et al.* Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. **Science**, v.272, p.373-384, April 1996. Disponível em: <[http://www.pbmccoppe.ufrj.br/es/component/docman/doc\\_view/526-rooseveltetal1996](http://www.pbmccoppe.ufrj.br/es/component/docman/doc_view/526-rooseveltetal1996)>. Acesso em: 09 set.2018.

ROSS, J. L. S. Compartimentação do relevo da América do Sul. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 61, n. 1, p. 21-58, 2016. Disponível em: <[http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2016/08/054-057\\_Mapas\\_246.pdf](http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2016/08/054-057_Mapas_246.pdf)>. Acesso em: 05 set.2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, José Manuel Azevedo. **O modelo pombalino de colonização da Amazônia**. Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino>. Acesso em: 07 set.2018.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

**Como citar este artigo:** SILVA, Pedro Henrique Moreira da. Entre os Andes e o Atlântico, um Inferno Verde: Interpretando as Veias Abertas e a Memória dos Povos Amazônicos Pré-Colombianos na Construção do Paradigma Do Ecodesenvolvimento. *In*: COSTA, Beatriz Souza (Org.). **Anais do “V Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Pan-Amazônia – Integrar e Proteger” e do “I Congresso da Rede Pan-Amazônia”**. Belo Horizonte: Dom Helder, 2018, p. 263-277.